

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: AM Multinacionais  
Data 06.12.78 Pg.: 05

## Tema ocupa última sessão do Senado

BRASILIA (Sucursal) — A revelação feita domingo último pela "FOLHA" da existência de estudos na área de governo para realização de contratos de risco ("contratos de utilização florestal") na Amazônia, voltou a ser o tema dominante da sessão de ontem no Senado, último dia de trabalho da atual legislatura. O senador Paulo Brossard, líder do MDB no Senado, denunciou o estudo como um "atentado aos interesses da humanidade", cujo propósito é o "de desertificar a Amazônia e desnacionalizar a área", lembrando o que aconteceu com as florestas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. O senador Teotônio Vilela (Arena-AL) declarou tratar-se de "uma etapa de um programa preparado no exterior, de desnacionalização e de descaracterização da vida nacional." Para o senador Catete Pinheiro (Arena-PR) é um "atentado contra o futuro da Nação", enquanto o senador Leite Chaves (MDB-PR) preferia aguardar pelo futuro, antes de simplesmente acreditar nas negativas governamentais. Ele citou o precedente dos contratos de riscos na área de petróleo, que foi desmentido até o último minuto por porta-vozes governamentais. O presidente da Arena de São Paulo, Cláudio Lemo, considerou o estudo "um ato isolado de tecnocratas."

O Senador Benedito Ferreira (Arena - GO) levantou suspeição sobre a fonte veiculadora da notícia (a "Folha") e Osires Teixeira (Arena - GO) viu no autor da matéria (Frota Neto) um mau intérprete dos fatos "por inocência, incompetência ou má fé". O porta-voz do Palácio do Planalto se confessava surpreso ontem com a confirmação da existência de estudos para realização dos contratos por parte do presidente do IBDF, Paulo Berutti. Assessor do presidente eleito, general Figueiredo, lembrava que ele sempre se manifestou "favorável à preservação do ecossistema".

O ministro da Fazenda, Mario Simonsen, revelava a um parlamentar governista suas dúvidas sobre se a madeira daria para ajudar a pagar a dívida externa do Brasil. No Ministério da Agricultura reafirmava-se o ponto de vista do dia anterior, de "nada saber" sobre a existência ou não do estudo.

### CRIME CONTRA A HUMANIDADE

O Líder do MDB no Senado, Paulo Brossard, disse ontem que se o governo der seqüência ao projeto do IBDF para exploração intensiva da floresta amazônica estará cometendo não só um crime contra o patrimônio nacional, mas praticando um atentado aos interesses da humanidade. Para o representante gaúcho, o IBDF está agindo como se fosse um "instituto para a destruição florestal".

Brossard se declara perplexo com a notícia — confirmada em Manaus pelo próprio presidente do IBDF — de que o assunto já está sendo estudado em caráter prioritário pelo Palácio do Planalto, devendo ser solucionado ainda neste governo. Para ele, esse desmatamento apressado não leva em conta a advertência dos estudiosos, de que a Amazônia está ameaçada de ser transformada num imenso deserto, com graves reflexos na ecologia mundial.

Para o arenista Teotônio Vilela, a informação mostra que "o Projeto Jari continua prevalecendo sobre o Projeto Brasil".

### DEBATES

No debate travado no Senado, Paulo Brossard disse que não o tranquiliza a informação do porta-voz do Palácio do Planalto, de que o assunto não está sendo examinado na Presidência da República. Um desmentido que não convence, quando em cima dele vem a confirmação do próprio presidente do IBDF, de que o assunto existe e será solucionado logo.

Uma intranquilidade da qual não participa o vice-líder arenista Jarbas Passarinho, que também participou do debate. Ele telefonou de manhã para o secretário-geral do IBDF e recebeu da autoridade a informação de que tudo não passa de estudo de um funcionário da FAO, que levantou a hipótese de se adotar no Brasil como já fazem vários países, contratos de exploração de florestas. O objetivo, segundo a informação que recebeu, é desenvolver um projeto de silvicultura.

Teotônio Vilela, pediu a palavra novamente e procurou estabelecer a correlação: Já há algum tempo as multinacionais vêm fazendo campanha em favor do metanol, um derivado da madeira, em prejuízo do etanol, produzido em várias fontes com grande disponibilidade, como a cana-de-açúcar, a batata e outros. "Assim, ele não duvida de que essa grande derrubada de florestas agora proposta, venha a ter como justificativa a necessidade de se produzir álcool com tecnologia estrangeira. Assim, o País, será induzido a optar por um processo cuja tecnologia vem do exterior, nova fórmula de se conservar a economia brasileira à reboque."

### CLUBE INTERNACIONAL

Brossard aproveitou a deixa e lembrou que a Amazônia já sedia grandes empreendimentos estrangeiros, entre eles o Jari, que no ano passado recebeu empréstimo de um bilhão de dólares, aumentando ainda mais a nossa dívida externa.

Lembra, a propósito, que, diante da abundância da oferta de dinheiro no mercado internacional e da alta rentabilidade dos investimentos no mercado financeiro interno, empresas multinacionais estão tomando lá fora muito mais empréstimos do que precisam para suas atividades normais, canalizando o excedente para o mercado de capitais, "o open market", intoxicando a nossa economia e obtendo ali lucros maiores do que os registrados na produção industrial.

Teotônio Vilela, em novo aparte, confirma e amplia a observação: "Uma nova linha de crédito aberta pelo governo, este ano, foi inteiramente esgotada em apenas seis meses, tomada quase toda por empresas multinacionais". Por isso, ele se declara mais preocupado com a ação desses grupos no mercado financeiro interno do que propriamente com o volume da dívida externa. "Mas, garante, o Brasil não vai permitir sua transformação em clube internacional, porque rejeita a idéia de voltar a ser colono".

### DESERTIFICAÇÃO

É por tudo isso que Paulo Brossard não se conforma. E não se conforma porque sabe que não se quer apenas serrar árvores. No

fundo, a inspiração dos contratos de risco florestal é o propósito de desertificar a Amazônia, de desnacionalizar essa importante área do território brasileiro, como se o país estivesse emergindo de uma guerra na qual foi derrotado.

É o que também preocupa o senador Leite Chaves, do MDB do Paraná. Ele aparteu para lembrar que os desmentidos que se fazem à notícia esbarram no precedente do contrato de risco de petróleo negado pelo governo até o último momento, mas depois imposto como uma necessidade da conjuntura.

Opinião que logo foi contraditada pelo arenista Benedito Ferreira, de Goiás, que procurou levantar a suspeição da fonte que veiculou a notícia:

"Trata-se — segundo ele — de um jornal que se apola alguém neste país, certamente não é o governo ou a Arena. Tanto que — argumenta — o mesmo jornal é forçado a admitir, na própria notícia, que a execução desses contratos será fiscalizada pelo governo".

Um argumento que não comove o sr. Paulo Brossard, que não acredita na fiscalização do governo, tomando como exemplo o que ocorre no projeto Jari. E sugere a quem pense o contrário que dê um pulo ao Sul para verificar o que restou das antigas florestas do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, apesar das muitas leis que obrigam o IBDF a preservar nossas áreas verdes. "Aliás, — recorda — é o próprio IBDF quem confessa sua incapacidade para fiscalizar a predação de nossas florestas, conforme depoimento de seus diretores no Congresso. Foi o que aconteceu recentemente na Amazônia, quando o grupo Volkswagen provocou o maior incêndio do século".

Os últimos apartes são de opositoristas. Agenor Maria, do Rio Grande do Norte, lamenta que o capital apátrida esteja aportando com toda tranquilidade na Amazônia, depredando impunemente aquela região. Roberto Saturnino, do Rio de Janeiro, verbera que o capital estrangeiro esteja sendo estimulado em busca incessante do lucro fácil e rápido, às custas do futuro do país, inclusive do aniquilamento de nossas riquezas fundamentais.

Quando Brossard já descia da tribuna, a Arena, pela voz do goiano Ozires Teixeira, dava o último esclarecimento: "Segundo IBDF, o noticiário do jornal foi produto de má interpretação dos fatos, — por inocência, incompetência ou má fé".